



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

1

2 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA  
3 EDUCAÇÃO SUPERIOR – CONAES. Em 21.11.2024 (vinte e um de novembro de dois mil  
4 e vinte e quatro), às nove horas, presencialmente e por videoconferência, teve início a 205ª  
5 (ducentésima quinta) Reunião Ordinária da CONAES, no Ministério da Educação. Com a  
6 presença dos seguintes membros: Simone Horta Andrade (Membro Notório Saber e  
7 Presidente), Renato Hyuda Pedrosa (Membro Notório Saber), Abílio A. Baeta Neves  
8 (Membro Notório Saber), Carla Beatriz de Almeida (Membro Representante do Corpo  
9 Discente), Daniel A. Ximenes (Representante da SERES), Ulysses Tavares Teixeira  
10 (Membro representante do INEP), e como ouvintes: Ana Júlia Pedreira (INEP), Rogério  
11 Dentello (INEP), Patrício P. Marinho (INEP) e Suzi Mesquita Vargas (INEP). Presentes por  
12 videoconferência, Madalena Peixoto Guasco (Membro Representante do Corpo Docente),  
13 Priscila Albertasse Dutra da Silva (Representante da CAPES) e Ana Clara Ribeiro Dara  
14 (Representante da SETEC). Participou presencialmente também Tamyres Aguiar  
15 (Assistente Administrativo da Conaes/GM). A Presidente deu boas-vindas a todos e iniciou  
16 a reunião. Como reconhecimento do MEC e da CONAES pela contribuição e compromisso  
17 do Prof. Abílio com a Educação Superior, ela entregou a placa em sua homenagem. O Prof.  
18 Abílio, devido às tempestades em Porto Alegre, local onde reside, não pôde participar da  
19 homenagem oficial, realizada no evento de comemoração aos 20 anos do Sinaes, em  
20 abril/24. Após, seguiu-se a reunião. **Item 1.1.** Aprovação da Ata da 204ª RO e Extraordinária  
21 da CONAES. As Atas foram colocadas em votação. Foram aprovadas sem objeção. Item  
22 2.1. Relato da apresentação da Seres acerca da revisão do marco regulatório da Educação  
23 a Distância (EaD) na reunião do CC-Pares – SERES. O Diretor Daniel Ximenes recordou  
24 que a SERES está trabalhando no novo marco regulatório da EaD desde junho/24 e que,  
25 segundo a Portaria nº 528 de junho de 2024, o prazo para publicação do novo marco é até  
26 o dia 31 de dezembro de 2024. Em seguida, iniciou a apresentação que foi realizado no  
27 CC-PARES no dia 12 de novembro de 2024. Considera-se educação a distância – EaD, a  
28 oferta educacional organizada de modo que os processos de ensino e aprendizagem  
29 ocorram com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, permitindo  
30 que estudantes e profissionais da educação estejam em lugares ou tempos diversos. A  
31 presencialidade compreende a participação física do estudante em local e tempo pré-  
32 determinados, com o controle de frequência, para exercer atividades formativas, na sede  
33 da instituição, no polo de educação a distância, em ambiente profissional, e em espaços  
34 para atividades de extensão, com a participação responsável acadêmica, observadas as  
35 diretrizes curriculares nacionais expedidas pelo Ministério da Educação. A participação  
36 física do estudante nas atividades presenciais obrigatórias deverá ser submetida a controle  
37 de frequência, considerado o percentual mínimo de 75% de participação do estudante sobre  
38 a carga horária de cada atividade presencial obrigatória. Compreende a realização de tarefa  
39 formativa em tempo real, compartilhada entre estudantes e profissionais da educação,  
40 conectados simultaneamente por áudio e vídeo. A atividade síncrona regulada deve: I –  
41 Limitar a participação a, no máximo, 50 estudantes. Pode contar com professores e  
42 mediadores em dinâmicas diversificadas com grupos de até 50 estudantes para possibilitar



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

43 maior interação pedagógica. Pode representar parte das unidades curriculares. II –  
44 Observar controle de frequência dos estudantes, no limite mínimo de 75% de participação.  
45 São os formatos de oferta de curso de graduação: I – Presencial: Caracterizado pela oferta  
46 majoritária de carga horária presencial física. II – Semipresencial: Composto  
47 obrigatoriamente por carga horária determinada de atividades presenciais físicas  
48 obrigatórias (estágios, extensão, práticas laboratoriais e outras definidas por DCN) e  
49 atividades síncronas reguladas, além de carga horária a distância. III – A Distância:  
50 Caracterizado pela oferta majoritária de carga horária a distância. O Ministério da Educação  
51 disciplinará sobre a oferta de cursos nos formatos presencial, semipresencial e a distância.  
52 O credenciamento da IES será concedido por meio de processo regulatório único, visando  
53 a oferta de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu presenciais,  
54 semipresenciais e a distância. As instituições de ensino superior (IES) credenciadas  
55 deverão disponibilizar sede institucional física com espaços para: I – Recepção; II –  
56 Secretaria acadêmica; III – Salas de professores e coordenadores; IV – Espaço para  
57 atividades da Comissão Própria de Avaliação – CPA; V – Laboratórios para atividades  
58 práticas, quando for o caso; VI – Ambiente para estudos individuais e coletivos, com  
59 disponibilização de acervo bibliográfico físico ou virtual; e VII – Laboratório de informática,  
60 com conexão de internet estável e de alta velocidade, compatível com o número de  
61 usuários. É vedado o compartilhamento de endereço da sede com outra instituição de  
62 ensino superior. Para fins de oferta de educação a distância em cursos superiores, as IES  
63 deverão manter, no endereço sede ou em outra localidade, o Núcleo de Educação a  
64 Distância (NeAD), como unidade de apoio. O polo de educação a distância – Polo EaD - é  
65 a unidade descentralizada da IES no País e no exterior, para o desenvolvimento das  
66 atividades presenciais formativas, contribuindo para a identidade institucional, do curso e  
67 do estudante. É vedado o compartilhamento de polo EaD com outra IES. O polo EaD deve  
68 contar com a presença de um Gestor Educacional para apoiar os estudantes nas  
69 funcionalidades educacionais e rotinas acadêmicas, a exemplo de provas presenciais, e na  
70 busca e consolidação das parcerias relacionadas aos campos de práticas em ambientes  
71 profissionais, estágios e atividades de extensão. O polo EaD deve ser adequado ao número  
72 de alunos(as) a serem atendidos, dispor de rede wi-fi com conexão de banda larga de boa  
73 qualidade, abrangendo no mínimo: I - espaço de recepção; II - laboratório de informática;  
74 III - espaço para estudos e reuniões de alunos(as); IV - sala de atendimento aos alunos(as);  
75 V – sala de aula. No caso de cursos que, conforme DCN, necessitam de práticas  
76 laboratoriais, os polos devem ter laboratórios físicos, pelo menos, de qualidade equivalente  
77 àqueles utilizados nos cursos presenciais. É vedada a oferta de cursos de graduação  
78 presenciais em polos EaD. A oferta de cursos em polos EaD no exterior fica restrita ao  
79 formato a distância, ressalvada a oferta de cursos no formato semipresencial criados para  
80 atendimento de programas e políticas governamentais. A criação e o funcionamento de polo  
81 EaD serão definidos em regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação. Os  
82 processos regulatórios serão submetidos a avaliações in loco na sede da instituição de  
83 ensino superior e em polos EaD, podendo ser adotada amostragem para definição dos  
84 polos a serem visitados, após análise documental, a critério da SERES/MEC. A definição



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

85 dos polos a serem visitados será no momento da visita de avaliação. A respeito das  
86 avaliações e aprendizagem, deve-se realizar pelo menos uma avaliação presencial (no  
87 polo) a cada 10 semanas da oferta de cada unidade curricular. Deve ser garantida a  
88 identidade do(a) estudante avaliado(a), qualquer que seja o instrumento de avaliação  
89 utilizado. No mínimo um terço do peso da avaliação presencial será composto por questões  
90 discursivas de análise e síntese. O peso da(s) avaliação(ões) presencial(ais) deve ser  
91 majoritário na composição da nota final do(a) estudante. O corpo docente e mediadores  
92 serão classificados nas seguintes categorias: (32%) I – Professor(a) Conteudista; II –  
93 Professor(a) Regente; III – Professor(a) mediador(a) ou Mediador(a) Pedagógico(a) online;  
94 IV - Professor(a) mediador(a) ou Mediador(a) Pedagógico(a) presencial; e V –  
95 Coordenador(a) de curso. As atribuições específicas dos docentes e mediadores serão  
96 definidas em normativa específica a ser editada pelo MEC. As atribuições podem ser  
97 assumidas por um mesmo docente, desde que não represente prejuízo à qualidade do  
98 processo de ensino e aprendizagem. Todos os professores e mediadores devem ser  
99 informados no Censo da Educação Superior no sistema e-MEC. Eventual corpo de tutores  
100 deve atuar exclusivamente no assessoramento administrativo, na sede da instituição ou em  
101 polos de educação a distância. Das disposições transitórias, o MEC editará regras de  
102 transição sobre processos regulatórios e outras adequações necessárias. A Presidente  
103 parabenizou o trabalho da SERES. A CONAES acompanhou desde o começo todo o  
104 processo de revisão iniciado desde 2023 e passou a palavra aos membros inscritos. O Prof.  
105 Renato sugeriu que, referente à classificação de categorias do corpo docente e mediadores,  
106 o termo “Professor(a) Conteudista” fosse alterado para “Professor(a) Regular” e questionou  
107 a definição nessa categoria do(a) Professor(a) Regente. Também pontuou o uso do termo  
108 “Tutor” na especificação da sua atuação exclusivamente no assessoramento administrativo.  
109 O Prof. Abílio explicou que, dada sua experiência na CAPES, nos programas de formação  
110 de professores, o termo “Professor(a) Conteudista” funcionaria como profissionais que  
111 adaptariam conteúdo de uma disciplina à educação a distância, e o termo “Professor(a)  
112 Regente” para profissionais que ministram a aula. Explicou ainda que quem dá aula é quem  
113 prepara o conteúdo. Dessa forma, não vê razão para essa distinção. Expôs concordância  
114 na distinção da classe de mediadores. Acredita que os serviços administrativos devem ser  
115 providos pela Instituição. Pontuou também que, sobre os polos em educação a distância,  
116 em questão de infraestrutura, deve ser requisito a oferta de condições de aproveitamento  
117 para os alunos. A Prof.<sup>a</sup> Madalena expôs algumas preocupações. Uma delas é que, a  
118 criação da regulamentação ou regras para a educação a distância não pode confundir a  
119 ideia de curso presencial. Acredita que a forma como foi apresentada a definição do curso  
120 presencial, semipresencial e EaD com a proporcionalidade de presencialidade, é estranha,  
121 porque já existe regulamentação para cursos presenciais. Sobre as categorias docentes,  
122 acredita que deve ser retirado o termo “Tutor” para mediador, pois o responsável é o  
123 docente do curso, e que o trabalho administrativo é função do corpo de secretaria da  
124 Instituição. Ainda, pontuou a importância da definição do percentual máximo de alunos por  
125 professor na modalidade semipresencial e quando o curso for considerado totalmente EaD.  
126 A Prof.<sup>a</sup> Suzi explicou que o termo “Tutor” e “Conteudista” são termos internacionais para



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

127 EaD. O conteudista tem um papel muito importante e específico, talvez não se resume a  
128 apenas uma pessoa, mas a uma equipe de produção do material para disciplina de curso  
129 EaD. O problema é que, atualmente, há irregularidades na qualidade dos conteúdos  
130 oferecidos no Brasil. Além disso, disse entender a estratégia do Ministério da Educação  
131 sobre o termo “Tutor”. Historicamente, o tutor é um mediador do professor pedagógico,  
132 colaborando com esse professor regente para uma condução pedagógica da docência ao  
133 longo do curso. Contudo, no Brasil esse termo está sendo usado para várias definições.  
134 Dessa forma, acredita que seria uma boa estratégia usar o termo “Professor(a)  
135 Mediador(a)”. Ela ainda expôs preocupação sobre as interações dos alunos na educação a  
136 distância. Existe um grande conjunto de cursos de graduação auto institucionais, onde a  
137 única ferramenta de interação dos alunos com o professor mediador é o fórum de dúvidas.  
138 É necessário, de alguma maneira, buscar, dentro do sistema que está sendo proposto,  
139 atividades de interação que exijam e provoquem uma interação entre aluno e professor  
140 mediador. E, a cada semestre, o professor conceber o material fixo para desenvolvimento  
141 do curso. Com a palavra, a Prof.<sup>a</sup> Simone reiterou o reconhecimento da CONAES pelo  
142 enorme trabalho da SERES tanto nas visitas presenciais às instituições, com o objetivo de  
143 conhecer presencialmente os modelos e técnicas de ensino a distância aplicadas e pela  
144 interação com representações das mais diversas instituições e associações nas reuniões  
145 realizadas no CC-Pares e na SERES. Disse que acredita que muito do trabalho que está  
146 sendo apresentado é resultado dessas experiências, mas se preocupa com o nível de  
147 detalhamento dessa Regulamentação, pois o hiper detalhamento de regras e normas pode  
148 resultar em um engessamento das metodologias educacionais e pedagógicas no ensino  
149 superior. Há riqueza na liberdade pedagógica e ela abre possibilidades para novos modelos  
150 diferenciados e inovadores. É fato que há modelos ruins, mas há também muitos modelos  
151 educacionais que funcionam e que deveriam ser preservados. Sua preocupação é  
152 preservar a Regulação. É tentar observar com rigor a reformulação necessária. Explicou  
153 ainda que a micro regulação causa reflexo na Supervisão, sendo necessário assim, mais  
154 estrutura e robustez para implementação da fiscalização das regras impostas. Acredita que  
155 as DCNs também serão impactadas. Compartilha também a preocupação do Prof. Abílio,  
156 no retorno de análise de avaliação de infraestrutura de polos e na preocupação da Prof.<sup>a</sup>  
157 Suzi, sobre a medição da interação e engajamento do aluno e como ele absorve a  
158 aprendizagem. Também compartilha com preocupação sobre a categorização do corpo  
159 docente, pois acha importante deixar esclarecido o papel do profissional que atuará na parte  
160 técnica e do docente, pois isso gerará impactos significativos nas convenções coletivas.  
161 Apoiava o credenciamento único na mudança da lógica de modalidade para uma lógica de  
162 formato. Mas, talvez essa seja uma transição mais complexa, devido à necessidade de  
163 alterações no sistema e-MEC bem como o prazo para a unificação de conceitos. Disse ter  
164 gostado muito da ideia de que o Conceito Institucional (CI) e o Conceito de Curso (CC)  
165 poderiam deixar de ser baseados exclusivamente na avaliação in loco. O INEP pode utilizar  
166 outras fontes para criação dos indicadores, como, por exemplo, o próprio Censup e o  
167 Cadastro e-MEC. O Prof. Ulysses pontuou sobre a definição das diferentes categorias dos  
168 docentes. Disse que tem crescido a relevância de indicadores do número de estudantes



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

169 por professor. É importante reconhecer que, na EaD, não é apenas o conteudista ou o  
170 regente que faz o papel pedagógico. É necessário também que as pessoas apareçam no  
171 censo da educação superior e que haja requisitos para contratação dessas pessoas. Sobre  
172 a avaliação dos polos, acredita que com a nova regulamentação o número de polos irá  
173 diminuir. Mesmo que o número de 52.000 polos reduza, para avaliação, é difícil pensar em  
174 um fluxo de visitas regulares a todos eles, mas há discussões sobre possibilidades de  
175 visitas amostrais. Por último, pontuou sobre os indicadores. Atualmente o CC é um conceito  
176 derivado do instrumento de avaliação, e existem discussões na CONAES de possibilidades  
177 diferentes para divulgação dos resultados de avaliação, tendo uma perspectiva, na verdade,  
178 multidimensional, não a agregadora. Dessa forma, pode ser pensado um indicador e em  
179 seguida usar os resultados do cálculo para fins da regulação e políticas de financiamento  
180 da política atual. Disse que essa é uma discussão fundamental, pois há um sistema de  
181 avaliação, e é importante que os insumos que vão subsidiar Políticas Públicas venham de  
182 todas as fontes de dados coletados por esse sistema. Em resposta às discussões e  
183 sugestões, o Diretor Daniel faz algumas pontuações. Ele acredita que a reflexão sobre o  
184 funcionamento pedagógico de um curso EaD foi muito bem colocada. Sobre a categoria  
185 docente, concorda que o termo “Tutor” está difuso no país e que talvez seja realmente  
186 necessário um ajuste. Reforçou que parte dessa figura, que atualmente é chamada “Tutor”,  
187 atua nessa mediação pedagógica. O que a SERES quer é categorizar ele como um  
188 mediador pedagógico, como um assistente do professor regente. Referente ao plano de  
189 interação do aluno, acredita que a estratégia de engajamento pedagógico dos estudantes  
190 e Instituição será pensada na avaliação. O Prof. Renato ainda pontuou sobre a importância  
191 da caracterização do polo, do ponto de vista de acompanhamento de sistema -para dados  
192 no censo da localidade do estudante-. **Item 2.2.** Atualizações sobre o Enade das  
193 Licenciaturas – INEP. Com a palavra, o prof. Ulysses apresentou a todos a Prof.<sup>a</sup> Ana Júlia  
194 como nova atuante no INEP como Coordenadora-Geral de Avaliação das Licenciaturas, na  
195 Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES). Iniciou a apresentação reproduzindo  
196 um vídeo de campanha do Enade 2024, que está sendo exibido nos canais de televisão do  
197 país. Em continuação, informou a todos sobre os dados atuais. Foram realizadas 284.217  
198 inscrições para a prova teórica de todas as 17 áreas das licenciaturas. Com 116.688  
199 inscrições na região Sudeste, 72.184 Nordeste, 45.396 no Sul, 29.347 no Norte e 20.602  
200 no Centro-Oeste. São Paulo, com o número de +60.000, tem o maior número de inscritos.  
201 Tiveram 138.276 inscritos para o curso de Pedagogia, sendo o curso com maior número de  
202 inscrições. Na ordem decrescente por quantidade de inscrições, 196.46 em História, 188.51  
203 em Ed. Física, 173.40 em Letras Português, 16.556 em Matemática, 144.34 em Ciências  
204 Biológicas, 12.133 em Geografia, 8.222 em Letras Português e Inglês, 7.092 em Artes  
205 Visuais, 5.808 em Química, 5.178 em Letras Inglês, 4.784 em Filosofia, 4.519 em Ciências  
206 Sociais, 4.515 em Física, 3.212 em Música, 1.933 em Computação e 1.718 em Letras  
207 Português e Espanhol. Por gênero inscritos, foram 206.770 mulheres e 77.436 homens. Por  
208 faixa etária, +120.000 de 18 a 30 anos, +100.000 de 31 a 45 anos, +20.000 de 46 a 59 anos  
209 e um número pouco expressivo para maiores de 60 anos. Foram 3.454 páginas regulares  
210 adaptadas e 58 cadernos produzidos, com o aumento percentual de produção de 205% dos



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

211 itens, 359% das páginas e 424% dos cadernos. Na avaliação Prática houve 54.563  
212 inscrições. Esses dados são preliminares de 18.11.24. Nesse momento, as inscrições  
213 permaneciam abertas, havendo a possibilidade dos números e vínculos sofrerem alteração.  
214 27.882 estudantes (51%) na modalidade Presencial e 26.681 (49%) na modalidade EaD.  
215 45.593 (84%) em Escolas Públicas e 8.970 (16%) em Escolas Privadas. Sendo, 37.669  
216 Professores Supervisores, 80% com apenas 1 estágio, 19,7% supervisionando de 2 a 10  
217 estágios e 0,3% supervisionando de 11 a 41 estágios. Dos Orientadores, tiveram 4.491  
218 inscrições (97% com até 50 orientandos), sendo 157 entre 51 e 193 estudantes, 9 entre  
219 213 e 640 estudantes; e 1 professor com 3.350 estudantes. A Prof.<sup>a</sup> Ana Júlia expôs que o  
220 INEP não possui informações a nível nacional, de quantos alunos cada orientador e quantos  
221 estagiários cada supervisor possui. Disse que é muito importante a supervisão desse  
222 estágio e acompanhar o processo de formação desse aluno. É necessário regulamentar o  
223 número de estudantes por professor, com o objetivo de melhorias na qualidade de trabalho  
224 docente. O Prof. Ulysses destacou a importância da aproximação e diálogo que está  
225 ocorrendo entre o INEP e a Educação Básica. Expôs que as comunicações estão sendo  
226 feitas através de um ponto focal, chamado “O Articulador do Enade Licenciaturas”,  
227 estimulando o contato com os Diretores das escolas estaduais, municipais e particulares,  
228 para institucionalizar melhorias nas práticas dos estágios. Algumas secretarias já criaram  
229 sistemas de organização de cadastro dos professores, para programação do ano de 2025,  
230 e incentivos à participação dos professores, como bolsas altas para professores que  
231 tenham estagiários. Estão sendo discutidos, dentro do INEP, outros incentivos, porém uma  
232 das dificuldades é a falta de dados desses professores. É necessário que o INEP tenha a  
233 informação dos CPFs de todos os professores. Contudo alguns, por desconhecimento do  
234 programa, não informam. Como é algo novo, a sociedade ainda desconhece sua utilização,  
235 mas o objetivo desse programa é que o professor seja o avaliador e entregue o melhor  
236 feedback de desempenho desse estudante, afinal ele é o profissional que mais conhece de  
237 perto o estudante, a escola e todo o contexto do cenário. O Auxílio de Avaliação Institucional  
238 permite que cada professor supervisor receba R\$100,00 por avaliação, podendo receber  
239 até R\$1.000,00 por semestre. O Prof. Ulysses explicou ainda que foi feito um levantamento  
240 para identificar quais secretarias de educação estão mais institucionalizadas na prática de  
241 estágio e o Goiás foi identificado como o estado que está atualmente mais avançado. Expôs  
242 que, na semana seguinte, o INEP irá participar, como convidado, de um evento em  
243 Goiânia/GO, com a participação de instituições públicas e privadas que ofertam  
244 principalmente EaD e de representantes da educação básica, para diálogo e planejamento  
245 dessas adequações nos outros estados. A Prof.<sup>a</sup> Simone, em nome de toda Comissão,  
246 parabenizou a DAES por todo trabalho e desejou sucesso à nova integrante da equipe,  
247 Prof.<sup>a</sup> Ana Júlia. Também questionou como será implementada a avaliação prática. O Prof.  
248 Ulysses respondeu que isso não estava regulamentado e que o INEP tem encontrado  
249 dificuldades em alguns lugares, porque há resoluções do Conselho Municipal de Educação,  
250 proibindo que o estagiário dê aula. Na Resolução geral fala que, a regência não poderá ser  
251 atribuída ao estagiário. Nas escolas particulares também há uma dificuldade, porque há  
252 uma narrativa de que os pais não aceitam que estagiários ministrem as aulas para seus



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

253 filhos, já que estão pagando. Então, o INEP decidiu que o estagiário deverá ter executado  
254 no mínimo 1h aula e isso será de acordo com o que estiver no planejamento do estágio,  
255 articulado com o professor e supervisor regente dessa turma da Educação Básica. A partir  
256 do momento que o coordenador do curso faz a inscrição, a avaliação já pode acontecer,  
257 conforme o professor supervisor definir junto com o estagiário. Explicou também, que as  
258 inscrições para avaliações práticas iniciaram no final do mês de setembro/24 e encerraram  
259 no dia 23 de novembro de 2024. Em fevereiro/25, o período de inscrições abre novamente.  
260 O INEP tem discutido a possibilidade de deixar eventualmente a inscrição aberta durante o  
261 ano inteiro. A Prof.<sup>a</sup> Ana Júlia complementou, explicando que a avaliação prática é avaliada  
262 pelo supervisor. O aluno escreve o plano de aula, o orientador consegue enxergar tanto o  
263 plano de aula que o aluno colocou, quanto a avaliação do supervisor. Ele também faz a  
264 própria avaliação dele, levando em conta o que o aluno fez durante a disciplina de estágio  
265 na universidade. A nota será gerada a partir do preenchimento do instrumento do professor  
266 supervisor. O Prof. Patricio também complementou que, além das informações obtidas  
267 nessa aula observada, será levado em consideração todas as atividades que foram  
268 acompanhadas pelo orientador ao longo do semestre. A Prof.<sup>a</sup> Simone disse que um dos  
269 maiores desafios da avaliação prática é a comunicação e o engajamento dos sistemas  
270 estaduais de educação, até pela diversidade de regulamentos e normas de cada sistema  
271 de ensino. Pensando nisso, sugeriu que a CONAES possa fazer interlocuções, trazendo  
272 representantes às reuniões, com objetivo de contribuir com esse diálogo de uma forma mais  
273 próxima. A Prof.<sup>a</sup> Ana Júlia respondeu que essa contribuição é muito bem-vinda. O Prof.  
274 Ulysses sugeriu também a possibilidade de contato com os conselhos estaduais. A membro  
275 discente Carla destacou a importância de saber se o perfil do professor supervisor nas  
276 escolas é um perfil formador. Ela expôs suas experiências enquanto aluna de licenciaturas.  
277 Na primeira experiência, explicou que o colégio de aplicação foi um apoio da universidade  
278 para sua formação. Na outra experiência, teve apoio do convênio da Secretaria de  
279 Educação, com quatro estágios diferentes. Então, viu claramente a diferença em ter o apoio  
280 de um supervisor com perfil formador ou não e disse que isso faz uma diferença  
281 considerável. O Prof. Ulysses acredita que isso seja um ponto importante do diagnóstico e  
282 o INEP está solicitando informações contextuais do supervisor. A Prof.<sup>a</sup> Ana Júlia explicou  
283 que a expectativa é que o INEP consiga enxergar as ações da prática e pontos importantes  
284 dentro da formação dos professores. O Prof. Patricio destacou também que muitas  
285 competências, que estão verificadas na prova teórica, podem somar com os resultados do  
286 questionário do estudante e os instrumentos de avaliação da prática, para permitir que o  
287 INEP faça um cruzamento de informações, tentando dar um diagnóstico mais preciso sobre  
288 os resultados de cada estudante. A Prof.<sup>a</sup> Simone expôs que esse está sendo realizado um  
289 trabalho de avaliação excepcional e paradigmático e se sente feliz por fazer parte desse  
290 processo como membro da CONAES, em poder participar desse processo junto ao INEP.  
291 **Item 3. Assuntos Gerais. Indicação de membro suplente para a Comissão Técnica de**  
292 **Classificação de Cursos – CTCC.** A Presidente explicou que nesta Comissão o Prof.  
293 Maurilio é o titular e questionou quem se habilitaria a ser o suplente. A Prof.<sup>a</sup> Carla se  
294 dispôs, ficando assim responsável em participar da CTCC junto ao Prof. Maurilio. Para



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

295 compor a comissão do novo instrumento de avaliação, o Prof. Abilio se dispôs a participar  
296 junto a ela e ao Prof. Renato. Ela ainda sugeriu que o INEP retome discussões sobre a  
297 revisão dos instrumentos e traga à CONAES atualizações para conhecimento de todos os  
298 membros. Não havendo mais manifestações, a Presidente Simone agradeceu a  
299 participação de todos e encerrou a reunião que segue assinada por esta secretaria e pelos  
300 presentes.

301  
302  
303  
304  
305  
306  
307  
308  
309  
310  
311  
312  
313  
314  
315  
316  
317  
318  
319  
320  
321  
322  
323  
324  
325  
326  
327  
328  
329  
330  
331  
332  
333  
334  
335  
336  
337  
338

---

Simone Horta Andrade  
(Notório Saber)

---

Renato Hyuda de Luna Pedrosa  
(Notório Saber)

---

Abilio A. Baeta Neves  
(Notório Saber)

---

Carla Beatriz de Almeida  
(Membro Representante do Corpo Discente)

---

Madalena Guasco Peixoto  
(Membro Representante do Corpo Docente)

---

Daniel A. Ximenes  
(Membro Representante da SERES)

---

Ana Clara Ribeiro Dara  
(Representante da SETEC)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

339

340

---

Ulysses Teixeira  
(Membro representante do INEP)

341

342

343

344

345

---

Priscila Albertasse Dutra da Silva  
(Representante da CAPES)

346

347

348